

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

## Ata do 4º Encontro Regional da CGJ – Biênio 2021-2022

Tema	Audiência Pública na Comarca de Aparecida de Goiânia-GO, abrangendo as Comarcas da 2ª Região (Anicuns, Araçu, Bela Vista de Goiás, Edéia, Firminópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Jandaia, Nazário, Nerópolis, Palmeiras de Goiás, Piracanjuba, Senador Canedo, Trindade, Turvânia e Varjão).
Data e hora	05/08/2022 8h (Reunião Interna) e 14h30 horas (Audiência Pública)
Local	Momento híbrido/ on-line e presencial
Secretários	Kenedy Augusto Batista Pereira Mendes, Isabela Sardinha Lisboa Leite, Roberta Saraiva Bandeira de Lima e Vanessa Cristina Pereira Dias.
Participantes da mesa diretora	<p><b>Reunião Interna com os Magistrados e Servidores</b></p> <p><u>Composição da mesa diretiva:</u></p> <p>Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça</p> <p>Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça</p> <p>Dr. Ricardo Silveira Dourado – 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça</p> <p>Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino – Juiz Auxiliar da Presidência</p> <p>Dra. Karine Thormin da Silva – Juíza de Direito e Diretora do Foro da Comarca de Aparecida de Goiânia-GO</p> <p>Helenita Neves de Oliveira e Silva – Secretária-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça</p> <p>Dra. Patrícia Machado Carrijo – Juíza de Direito e Presidente da ASMEGO</p> <p>Dr. Leonys Lopes Campos da Silva – Coordenador do NUPEMEC do Estado de Goiás</p> <p>Dr. Vitor Umbelino Soares Júnior – Juiz de Direito e Vice Coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO</p> <p>Dra. Mariana Queiroz – Juíza de Direito e Diretora Executiva dos Grupos Reflexivos no âmbito do Poder Judiciário</p> <p>Sr. Fabrício Duarte Sousa – Presidente do SINDJUSTIÇA</p>



**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Sr. Eleandro Alves Almeida – Presidente do SINDOJUSGO

**Audiência Pública Externa**Composição da mesa diretiva:

Desembargador Nicomedes Domingos Borges - Corregedor-Geral da Justiça, neste ato representado pelo Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Desembargador Carlos Alberto França, neste ato representado pelo Dr. Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas – Juiz Auxiliar da Presidência

Dr. Gustavo Assis Garcia - 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

Dra. Karine Thormin da Silva – Juíza de Direito e Diretora do Foro da Comarca de Aparecida de Goiânia-GO

Dr. Clécio Marquez – Diretor de Planejamento e Programas da Corregedoria-Geral da Justiça

Sr. Vilmar Mariano – Prefeito Municipal de Aparecida de Goiânia

Sr. André Fortaleza Vice-Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia

Senhora Sulnara Santana - 1ª Dama – Secretária da Assistência Social do Município de Aparecida de Goiânia

Dr. Fábio Camargo - Procurador-Geral do Município de Aparecida de Goiânia.

Dra. Patrícia Teixeira Guimarães Gimenes - Promotora de Justiça e Coordenadora das Promotorias de Justiça de Aparecida de Goiânia.

Dr. Sebastião Justo Neto – Presidente da OAB – Subseção Aparecida de Goiânia

Dr. Álvaro Melo Bueno - Titular da 2ª Delegacia Regional de Polícia.

Dra. Tatiana Maria Bronzato Nogueira - Coordenadora da Defensoria Pública de Aparecida de Goiânia.

Sr. Coronel Newton Nery de Castilho - Comandante do 2º Comando Regional da Polícia Militar

Sr. Dr. Roberto Cândido – Secretário de Segurança Pública Municipal de Aparecida de Goiânia.

Sr. Dr. Bruno Quintiliano Silva Vieira – Titular do Cartório Bruno Quintiliano



**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>(Registro Civil das Pessoas Naturais e Tab. de Notas) de Aparecida de Goiânia. Sra. Dra. Maria Elias Melo – Titular do Cartório de Registro de Imóveis e 1º Tab. de Notas de Aparecida de Goiânia. Sr. Dr. Bernardo Cruz Santos – Titular do Cartório Santos (Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e 2º Tab. de Notas) de Aparecida de Goiânia. Sr. Dr. Rodrigo Barbosa Oliveira e Silva – Titular do Cartório Oliveira (Registro Civil das Pessoas Naturais) de Aparecida de Goiânia. Sra. Berenice Genito – Coordenadora do Conselho da Comunidade de Aparecida de Goiânia.</p>
Participantes da plateia	Lista de Presença Anexa

### PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

#### **Quarta-Feira (03/08/2022):**

Cursos:

- Abertura Oficial do Encontro Regional
- Painel Jurídico com mediação do 3º Juiz Auxiliar da CGJG
- Gestão Aplicada das Unidades Judiciárias: “UPJ e Controle de Produtividade”
- Painel Ativacional com a DRH/TJGO
- Capacitação da EJUG/TJGO: “Liderar é Servir”

#### **Quinta-Feira (04/08/2022):**

- Capacitação PJD – Parte Geral (Criminal e Cível)
- Capacitação CEJUSC
- Capacitação do Foro Extrajudicial 1
- Capacitação do Foro Judicial
- Capacitação Gestão do Processo Eletrônico e da Unidade Judiciária
- Capacitação do SEEU
- Capacitação PJD Criminal





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- Capacitação PROAD
- Reunião com Cartorários do Serviço Extrajudicial
- Reunião com Serv. Gest. Adm. do Programa Pai Presente nas Comarcas
- Capacitação do Foro Extrajudicial 2

**Sexta-Feira (05/08/2022):**

Reuniões:

- Reunião Institucional da CGJGO com Servidores e Magistrados
  - Exposição das Metas Nacionais do Poder Judiciário, bem como a discussão sobre o processo de elaboração das Metas Nacionais para 2023.
  - Pauta aberta.
- Reunião Reservada da CGJGO com Magistrados.
- Audiência Pública com instituições da Comarca Polo.

1. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira, iniciou a reunião informando que o momento é de abertura para o diálogo, a fim de que os pleitos sejam analisados e as dúvidas sanadas.
2. Dr. Victor Umbelino, após os cumprimentos, explanou a importância de eventos como o Encontro Regional, pois se trata de um programa que vem se firmando como um espaço de troca de ideias e experiência, onde se busca cada vez mais o aperfeiçoamento por uma atividade jurisdicional transparente, principalmente a qualidade ao acesso à justiça. Apresentou alguns projetos desenvolvidos pela coordenadoria, como o projeto Educação e Justiça, Lei Maria da Penha na Escola, implantados também na comarca de Aparecida de Goiânia, onde se teve a maior participação de alunos e professores pedagógicos. Informou que há outro projeto muito importante, o projeto dos Grupos Reflexivos. Ao final, convidou todos para a semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa.  
Dra. Marianna de Queiroz Gomes explicou que os Grupos Reflexivos atendem a recomendação 124/2022 do CNJ, que recomenda que os Tribunais de Justiça estruturem programas dessa natureza. Relatou que os efeitos do programa são efetivos e reduzem a reincidência, e funcionam a partir de encaminhamentos de medidas de urgência ou cumprimento de sentença que são encaminhados para os Grupos Reflexivos. Colocou-se à disposição dos colegas e da rede para quem queira implementar o projeto “Grupo Reflexivo”, com o objetivo de expansão, evitando assim a reincidência dos autores dos



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

crimes contra a mulher.

3. Mislene Medrado, Diretora de Planejamento e Inovação, de ordem do Presidente Desembargador Carlos Alberto França, apresentou o vídeo institucional sobre as Metas Nacionais 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11 e 12, que representam o compromisso dos tribunais com o aprimoramento do seu desempenho e o objetivo de entregar à sociedade um trabalho jurisdicional mais célere e efetivo. O vídeo apresentou também o Painel de Business Intelligence (BI) das Metas Nacionais, ferramenta desenvolvida para facilitar a gestão das metas em cada unidade. Ao final, disponibilizou e-mail da Diretoria de Planejamento e Inovação do TJGO para o encaminhamento de sugestões.
4. Bruno Faustino representando Fabrício Duarte, Presidente do SINDJUSTIÇA, iniciou relatando sobre a sobrecarga de trabalho que os servidores do Tribunal de Justiça vêm enfrentando, relatou sobre os casos que chegam até o SINDJUSTIÇA, como os casos de servidores afastados pelo excesso de trabalho. Explicou que é necessária a implantação da jornada de trabalho de 6 horas. Informou que a diminuição da jornada de trabalho trará vários benefícios, como maior produtividade do trabalho, que pode ser comprovada através de dados. Recentemente, no Tribunal de Contas do Estado, foi instituída a carga de 6 horas como jornada de trabalho, o que acarretou maior qualidade de vida para os servidores. Abordou a questão da relocação dos colegas servidores, como também apontou a implantação da Central Eletrônica e do SISDIM. Finalizou solicitando a administração atenção ao plano de cargo, ao aumento de gratificação dos servidores (FEC 5), como também ao reajuste do auxílio-alimentação frente à inflação.
5. O Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino, respondeu sobre a Central Eletrônica de Mandados, que foi implantado o piloto na Comarca de Senador Canedo e que a pretensão é seguir para as Comarcas de trâmite inicial, esclareceu que atualmente o piloto está em Anicuns, e a partir da semana que vem começa a 4ª etapa, que é a implantação no Tribunal de Justiça. Explicou que a ideia é que esteja implantando em todas as Regiões ao final da gestão de 2022 ou janeiro de 2023. Completou que Goiânia foi deixada em último lugar para implantação em razão da complexidade da Comarca. Finalizou dizendo que a próxima etapa será interessante, e as melhorias no Sistema para os ofícios de justiça também serão tratadas após a implantação geral.
6. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, **Dr. Marcus Vinícius, solicitou constar em ata as manifestações feitas pelo Sr. Bruno Faustino ainda sem respostas**, para serem esclarecidas pela Dra. Sirlei e Dra. Jussara que não se encontravam presentes na Reunião.



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

7. Presidente do SINDOJUSGO, Eleandro Alves Almeida, explanou a respeito das dificuldades que os Oficiais de Justiça vêm enfrentando, registrou que os Oficiais de Justiça necessitam de cooperação, pois estão com muita dificuldade no cumprimento de mandados e com a limitação na quantidade de mandados distribuídos; elencou que o sindicato vem apresentando projetos para melhorar o cumprimento dos mandados e que os canais de contato com o Tribunal devem ser desenvolvidos para que os intimados tenham com quem falar; ressaltou que os Oficiais precisam de treinamento para saber o que fazer quando são procurados pelos jurisdicionados em situação de violência, tendo em vista que muitas vezes são o único contato da Justiça que essas pessoas conhecem. Com relação à Central Eletrônica de Mandados, reiterou que é necessário melhorar alguns pontos antes da expansão, justificou que os projetos pilotos estão servindo de escola para os Oficiais de Justiça e solicitou uma reunião para ser passados os pontos antes da próxima fase. Solicitou também uma reunião com a Dra. Karine, e outra com o Dr. Marcus Vinícius para debaterem a respeito da quantidade de mandados que serão distribuídos após a implantação.
8. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Marcus Vinícius, em resposta, informou que está à disposição para marcar dia e horário para a reunião com o Sindicato.
9. A Juíza de Direito e Diretora do Foro da Comarca de Aparecida de Goiânia-GO, Dra. Karine Thormin da Silva, concordou que é necessário a reunião com o SINDOJUS e que está aberta para debates e sugestões sobre a questão da distribuição dos mandados e se possível reunirá com o sindicato na semana que vem.
10. Dr. Liciomar Fernandes, Juiz de Direito e Diretor do Foro de Trindade, informou que já foram realizadas 3 (três) reuniões desde o começo da implantação da Central Eletrônica na Comarca de Trindade-GO e tem notado a evolução. Concordou que realmente é necessário a atenção nos pontos que estão sendo levantados. Ressaltou que tem procurado melhorar a questão da distribuição dos mandados eletrônicos. Informou que em conversa com o Dr. Gustavo Garcia, tiveram a ideia de que a questão dos 200 mandados para a região metropolitana deve ser revista, isso porque teve de ser editada portaria para exceder a quantidade de mandados na Comarca. Indicou a necessidade de participação dos servidores e conscientização dele acerca dos seus deveres, e não só direitos.
11. O Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino, respondeu que quanto à Central, a ferramenta possui inconsistências e é necessário realizar melhorias, e que atualmente avançam nos projetos PDPJ e Codex, sendo que a implementação da Central em todo o Estado demanda medidas extras e específicas, como a capacitação de



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- peçoal. Atualmente, a presidência visa expandir e, paulatinamente, fazer melhorias.
12. Fábio, servidor e psicólogo da Comarca de Aparecida de Goiânia, Coordenador das Equipes Interprofissionais, explanou sobre as demandas e desafios que estão sendo enfrentados; ressaltou que a demanda do interior sempre foi muito alta e que a 2ª região atende 100% das demandas que são solicitadas; parabenizou a Diretoria do Foro. Informou que o serviço aumentou, mas a equipe não aumenta, necessitando de novos profissionais por concurso. Relatou que recentemente foi iniciado um projeto que criou a portaria que reestruturou as equipes, e com essa reestruturação houve um avanço relevante; no ano de 2021 a equipe entregou 389 relatórios, e, nesse ano, até o dia 05/08/2022, foram entregues 350 relatórios sobre demandas judiciais de infância, criminais e família. Informou que o cargo da coordenação das equipes multiprofissionais não existe no Tribunal, e que atualmente está lotado como secretário da Diretoria do Foro, recebendo apenas a gratificação FEC-1; registrou sobre a necessidade de criação do cargo e que seja realizada uma reflexão para estruturar as equipes multiprofissionais.
  13. O 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dr. Gustavo Assis Garcia, corroborou com as considerações feitas pelo Sr. Fábio, elogiando a equipe interdisciplinar da 2ª Região, e concluiu que o trabalho desenvolvido em Aparecida de Goiânia comprova que é possível manter o serviço em dia e atender aos estudos e a determinações judiciais. Ao final, deixou registrado o reconhecimento do trabalho de a toda equipe interprofissional forense e o apoio às reivindicações de Fábio, afirmando que são justas.
  14. Clécio informou sobre o canal de contato direto com a Corregedoria-Geral da Justiça, o SAU – Serviço de Atendimento ao Usuário.
  15. O Oficial de Justiça de Aparecida de Goiânia, Robson Elias, informou que Aparecida é regionalizada e que a limitação de mandados dificulta o cumprimento da medida e engessa a atuação dos servidores. Solicita, em nome da categoria, uma metodologia diferente de distribuição de mandados, tendo em vista que tal metodologia inibe que o servidor usufrua de suas férias.
  16. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Marcus Vinícius, informou que a limitação de mandados foi necessária para o controle e o conhecimento das Regiões, pois diante de várias situações foram verificadas irregularidades. Agora, após o passar dos meses, já se tem conhecimento de onde precisa de mais e menos mandados. Relatou que está considerando o prazo de três meses para as comarcas com excesso de mandados contínuos. Disse que será providenciada a abertura de PROAD para avaliar a questão específica de Aparecida de Goiânia.



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

17. Noemia, servidora da Comarca de Piracanjuba, questionou via *chat*, se há previsão de criação de Secretaria do Foro para Comarcas iniciais. Questionamento este, que foi repassado pelo Dr. Aldo à Dra. Sirlei, a qual ficou de se manifestar posteriormente;
18. Dra. Sirlei em resposta ao Sr. Bruno Faustino, explanou que praticamente todos os pontos levantados já são objetos de PROADs.
19. Sr. Eleandro complementou a questão levada pelo Oficial de Justiça Robson, e que acredita que hoje em torno de 40% dos mandados são retrabalhos, informou que serão expostas algumas sugestões sobre esse tema em reunião.
20. Caroline e Laise, servidoras do CEJUSC de Aparecida de Goiânia, se manifestaram sobre a situação enquanto coordenadores de CEJUSC, registraram o quanto rendem premiações do CNJ para o Tribunal sem serem reconhecidos como unidade judiciária de fato. Relataram falta de material, acumulação de funções e ausência de cargo na estrutura. Indicou as dificuldades enfrentadas no contexto da pandemia e a sobrecarga de trabalho com a implementação do Balcão Virtual. Ao final, solicitaram prioridade de tratamento dos CEJUSCs.
21. **Na sequência, o Dr. Marcus Vinícius validou o pleito e solicitou a verificação da existência de algum Proad** que aborda a questão da reestruturação dos CEJUSCs; (Vide Proads 175969 e 349015)
22. O servidor Vitor Ribas relatou sobre a UPJ Criminal de Aparecida de Goiânia, indicando que possuem força de trabalho de 3 Varas, embora trabalhem com demandas de 4 Varas. Fez solicitações relativas à criação de cargos e gratificações, bem como solicitou o fornecimento de cadeiras. Registrou que quanto a equipamento (cadeira, mesas) há o PROAD 241063 em tramitação há dois anos, ainda sem resposta. Solicitou também o andamento do PROAD 330147, apensado ao PROAD 283986, referente à criação da função de gestores master.
23. Dr. Marcus Vinícius solicitou o envio à Presidência do pleito relacionado ao aumento de pessoal e mobiliário explanados pelo servidor Vitor Ribas.
24. Gecilene, escritã respondente da 2ª vara cível, fez o uso da palavra para fazer ponderações acerca das UPJs e questionar a possibilidade de criação de uma Vara específica de Natureza Falimentar.
25. Dr. Marcus Vinícius pontuou que a temática de criação de Vara Específica de Natureza Falimentar foi discutida ano passado e chegou-se à conclusão de que os benefícios não suplantam as dificuldades, de tal modo que o pleito já fora analisado e rejeitado pela Presidência.





**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais**DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

1. Após os cumprimentos oficiais, Dr. Marcus Vinícius, 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, registrou a receptividade da Corregedoria para receber críticas e sugestões em busca da melhoria do Poder Judiciário, seguido dos breves cumprimentos feitos pelo Dr. Gustavo Assis Garcia;
2. Dr. Sebastião Justo Neto, Presidente da Subseção da OAB de Aparecida, entregou a Ata da Audiência Pública (reunião) da OAB à Diretora do Foro de Aparecida com todas as explanações e sugestões feitas pelos advogados para melhoria da prestação jurisdicional. Em seguida, passou a palavra à Vice-Presidente da Subseção da OAB de Aparecida de Goiânia, que falou a respeito da inovação da audiência pública realizada pela OAB de Aparecida, sendo a primeira a debater o sistema prisional, e solicitou aos componentes da mesa a compreensão para dar celeridade aos alvarás e aos processos, frisando a necessidade de contratação de servidores. Ressaltou a demora nos despachos, principalmente nos criminais, e elegeu a 2ª Vara de Execução Penal como a mais morosa.
3. Dr. Fábio Camargo, Procurador-Geral de Aparecida de Goiânia, representando o prefeito da Comarca, explanou que o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário têm a missão de ajudar a população. Deixou o município à disposição para prestar os devidos auxílios. Solicitou atenção para a Vara das Fazendas Públicas que está sobrecarregada e sugeriu divisão da unidade que consta com mais de 60 mil processos.
4. Sr. Cláudio Pedroza, psicólogo da equipe interprofissional forense de Aparecida de Goiânia, explanou sua atuação no comitê de igualdade racial, convidou os presentes a tomarem conhecimento da Cartilha Antirracista que contém dados e orientações jurídicas, e chamou a atenção para avaliação do trabalho (Provimento 61), ressaltando que o trabalho das equipes não se concretiza na produção de laudos, tendo várias demandas e que tais devem ser contabilizadas na produtividade do servidor pelo Tribunal de Justiça.
5. Dr. Jorge Alexander, Presidente da Subseção da OAB de Trindade, solicitou informações sobre o retorno dos magistrados fisicamente nas Comarcas, indicando a carência da população em relação à presença física dos Juízes nas suas respectivas Comarcas.
6. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Marcus Vinícius, fez ponderações acerca do novo cenário instaurado pela pandemia, indicando o aumento da produtividade e a criação de novas ferramentas de atendimento virtual, a exemplo do Balcão Virtual, Justiça 4.0, juízes atendendo pela ferramenta *zoom* ou *whatsapp*, beneficiando os advogados que não



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- podem se deslocar. Completou que com a modernidade não se justifica a presença física, visto que houve produtividade, mas que de nenhuma forma o magistrado pode se eximir do atendimento.
7. O 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dr. Gustavo Assis Garcia, complementou informando sobre a existência do Ofício Circular da Presidência 214/2022, que orienta sobre a retomada das atividades e ainda que os magistrados pratiquem os atos processuais preferencialmente por meio virtual, isso porque a pandemia trouxe uma nova realidade e algumas coisas jamais terão retorno. A exemplo do Encontro Regional, a tecnologia é inclusiva, pois se fosse apenas de maneira presencial, nem todos os servidores poderiam participar das oficinas, sem que isso impactasse na rotina de trabalho ou custos de deslocamentos para o Poder Judiciário. Finalizou, dizendo que a nova realidade não quer dizer que seja pior, o uso da tecnologia tem o condão de otimizar o trabalho, e o que importa é a efetiva prestação do serviço.
  8. Dra. Patricia Gomes, Coordenadora das Promotorias, parabenizou todos os idealizadores do Encontro Regional por todas as atividades desenvolvidas ao longo da semana, como também os magistrados da Comarca de Aparecida de Goiânia pela proativa atuação junto ao Ministério Público;
  9. Dr. Liciomar informou que está presente na Comarca de Trindade todos os dias e está à disposição no que for preciso.
  10. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Marcus Vinícius, ressaltou que em determinados casos exigem atendimento presencial, e solicitou que os colegas juízes nunca deixem de realizar os atendimentos aos advogados e que os casos excepcionais não sejam tratados como regra. Agradeceu o Presidente do Tribunal por reestruturar as Comarcas do Estado de Goiás.
  11. A Dra. Ivonete Pereira de Andrade, advogada na Comarca de Aparecida de Goiânia, pediu a palavra para ressaltar a importância do relacionamento interpessoal e físico entre os colegas de profissão, o que fora referendado pelo Dr. Marcus Vinícius;
  12. Bernardo Cruz Santos, tabelião de protesto da Comarca polo, ressaltou a atuação das correições e elogiou o relacionamento com a Diretoria do Foro da Comarca de Aparecida de Goiânia.
  13. Lucimar, servidora da 1ª Vara da Comarca de Guapó, explanou que a tecnologia e a oportunidade de atendimento online demonstrou uma celeridade ímpar, que nunca se teve no Judiciário.
  14. Dr. Marcus Vinícius conclamou a manifestação da população e, mediante silêncio,





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

encerrou a audiência pública ora instaurada, seguido das considerações finais do Dr. Gustavo Assis Garcia;

15. Ao final, foi solicitado ao Sr. Kenedy a divulgação dos canais de atendimento do SAU – Serviço de Atendimento ao Usuário, o qual informou os seguintes canais de comunicação: e-mail: [sau@tjgo.jus.br](mailto:sau@tjgo.jus.br), telefone e whatsapp 32365600/5455, plataforma: <https://corregedoria.tjgo.jus.br/sau> e presencialmente no térreo do prédio do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

16. Encerrada a audiência pública às 15h59

**ASSINATURAS**

**Desembargador Nicomedes Domingos Borges**  
Corregedor-Geral da Justiça

**Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira**  
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria

**Clécio Silva Marquez**  
Diretor da Diretoria de Planejamentos e Programas da CGJ

**Kenedy Augusto Batista Pereira Mendes**  
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

**Isabela Sardinha Lisboa Leite**  
Assessora do 3º Juiz Auxiliar da CGJ

**Roberta Saraiva Bandeira de Lima**  
Assessora do 3º Juiz Auxiliar da CGJ



# ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 567787224801 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

**Nº Processo PROAD: 202208000353951**

**NICOMEDES DOMINGOS BORGES**  
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA  
Assinatura CONFIRMADA em 18/08/2022 às 16:41

**Marcus Vinícius Alves de Oliveira**  
JUIZ DE DIREITO  
3º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.  
Assinatura CONFIRMADA em 18/08/2022 às 17:25

**CLECIO SILVA MARQUEZ**  
DIRETOR(A) DE ÁREA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ  
Assinatura CONFIRMADA em 18/08/2022 às 18:48

**KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA MENDES**  
ESCREVENTE JUDICIÁRIO II  
ASSESSORIA CORREICIONAL DA CGJ  
Assinatura CONFIRMADA em 18/08/2022 às 19:40

**ISABELA SARDINHA LISBOA LEITE**  
ASSESSOR(A) JURÍDICO(A)  
3º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.  
Assinatura CONFIRMADA em 18/08/2022 às 17:06

**Roberta Saraiva Bandeira de Lima**  
ASSISTENTE  
3º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.  
Assinatura CONFIRMADA em 18/08/2022 às 16:40

